

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Relações Bilaterais

Portugal-Timor Leste 2003: “uma visão”

José Abreu Bastos . Tenente-Coronel

Introdução

Pretende este texto transmitir a experiência recolhida por um Oficial Superior do Exército português em Timor Leste (TL), durante o ano de 2003, ao serviço da missão das Nações Unidas (NU), United Nations Mission Support East Timor-UNMISSET.

Como oficial responsável pelas Informações Militares do Quartel General da componente militar da missão, passou por mim muita matéria classificada, parte da qual, ainda hoje terá de permanecer reservada. No entanto, já muito material é possível passar para o conhecimento público, o que até deverá ser feito, por forma a contribuir para um melhor conhecimento e percepção, da história recente de Timor Leste e da participação e envolvimento dos militares e civis portugueses que nela participaram.

Antecedentes

Num breve resumo cronológico, as datas mais relevantes das missões das NU em TL:

- Julho de 1999, início da missão das NU, UNAMET, no território de TL;
- 30 Agosto de 1999, referendo para a Independência;
- Agosto de 1999, evacuação da sede da UNAMET de Díli; criada a INTERFET; regresso da UNAMET a Díli;
- Outubro de 1999, retirada das Forças Armadas Indonésias (TNI) e das milícias pró-indonésia; criação da UNTAET, Administração do território de TL;
- Maio de 2002, passagem para a UNMISSET – apoio administrativo à governação de Timor (o Governo, G-RDTL).

É nesta fase que eu chego à missão, as NU passam a dar apenas apoio à Administração do território e já não têm responsabilidade pelas decisões governativas.

Torna-se importante perceber que TL, pela primeira vez desde a partida dos portugueses em 1975, estava a ser governado pelos seus legítimos representantes, eleitos em eleições livres. E que, muitos desses responsáveis não tinham a experiência governativa necessária para dar uma resposta efectiva à resolução dos problemas da vida real da população. Acontecendo por vezes que as soluções encontradas não terão sido as melhores e algumas vezes a solução ficou por encontrar.

A transferência de conhecimento

Em meados de 2003, e porque a data da partida se aproximava, as NU aceleraram o programa de formação dos elementos timorenses que trabalhavam nos seus organismos, bem como daqueles, que trabalhavam para a administração. Assim, as Forças Armadas timorenses (FDTL-FALINTIL) também estavam abrangidas por este programa de aprendizagem, tendo sido

estabelecido um módulo para o ensino de várias áreas do campo militar, de entre as quais, a das Informações.

Aproveitando esta oportunidade, e na qualidade de Chefe das Informações Militares da missão militar, imediatamente tracei um plano de formação intensiva de militares timorenses nesta área.

Comecei por convencer o meu homólogo no Quartel General das FDTL, o Tenente Coronel Mau Nana, explicando-lhe as oportunidades que esta janela abria aos militares timorenses e da importância que teria no fortalecimento dos seus quadros. Percebida a intenção e traçados os objectivos, a proposta foi apresentada ao Chefe de Estado Maior das FDTL, Coronel Lere, sendo posteriormente aprovada pelo Comandante, Brigadeiro General Taur Matan Ruak.

Deu-se então início, à procura de militares timorenses que possuísem os requisitos necessários para o cumprimento da missão. Encontrados os militares, passaram estes a receber “On Job training” na célula da Repartição de Informações no QG das NU, em acumulação com o seu trabalho nas FDTL. Foi um período muito delicado, porque nem todos os militares do QG da Força de Paz (nomeadamente os australianos), viam com bons olhos a presença dos militares timorenses dentro das instalações.

Esta Repartição designada na doutrina militar por G2, já não era uma Repartição convencional, porque no âmbito de uma experiência levada a cabo pela primeira vez numa missão de Paz das NU, funcionava nela, um núcleo heterogéneo, designado por Joint Information Group (JIG) ou Centro de Informações Conjunto, em português. Este grupo, era composto por militares e polícias internacionais, aos quais se juntou os militares e polícias timorenses. Era a primeira vez que numa missão das NU, se testava, e por isso, desconhecia-se quais seriam os resultados da experiência, dado a sua imprevisibilidade.

O facto de as relações da polícia internacional, nomeadamente da chefia australiana, nunca se ter relacionado de uma maneira franca e aberta com a componente militar da missão, e o facto de se querer juntar os militares timorenses com os polícias timorenses, cujas relações não eram amistosas, tornava a tarefa ainda mais complicada.

A polícia timorense era, e ainda é, associada à antiga administração indonésia e consequentemente, lembrava aos timorenses, os tempos da repressão e da tortura. Esta associação era produto do processo inicial de selecção, aquando da sua constituição, e no qual foram seleccionados os candidatos que os formadores internacionais entenderam estarem mais aptos para a tarefa de polícia, sendo factor decisivo a sua experiência anterior. Foi evidente que os mais aptos eram aqueles que já tinham sido polícias, ao serviço da Indonésia. Esta decisão provocou um grande mal estar e revolta. A maioria dos escolhidos eram afinal aqueles que mais tinham beneficiado com a presença indonésia, em detrimento dos outros que, pelas mais variadas razões, não tiveram quaisquer possibilidades de terem as mesmas oportunidades, agora que o país era livre.

Esta dicotomia era geral a toda a sociedade timorense e as Forças Armadas timorenses eram o contraparte à polícia. As fricções entre as duas organizações, apesar de não serem muito graves, existiam e por vezes revelavam-se a público.

Era neste cenário que tive de lidar, conseguir pôr a funcionar todos eles em equipe, todos na mesma sala e todos ao mesmo tempo. Foi preciso criar a união.

Como o meu chapéu de Internacional nunca tapou a minha visão de que estava em Timor para apoiar o povo timorense e mais em concreto, os militares timorenses, a forma de lidar com este processo, foi sempre feita em total coordenação com o comando das FDTL. A título de exemplo: só depois de dada a aprovação do Comandante das FDTL, é que os polícias timorenses entraram na sala do JIG.

Foi um trabalho gratificante, já que dos quatro militares inicialmente seleccionados, conseguimos formar três. O que foi contra toda as expectativas, já que o pessimismo e descrença em relação ao sucesso desta iniciativa, sempre evidenciado pelos australianos (quem mais poderia ser), era total. Custou-lhes muito ver e ouvir no morning briefing, do QG da Força de Paz, numa manhã de Setembro, a voz de um militar timorense, num inglês tão bom ou melhor do que de alguns internacionais, pedir autorização ao General Comandante da Força, para dar início ao briefing de Informações desse dia. Foi uma vitória pessoal daquele militar, mas sobretudo, do povo timorense, que naquele momento mostrava a cerca de trinta e tantos representantes das mais variadas nações do mundo, que os timorenses mereciam a confiança e o devido respeito. Ao contrário do que era propagandeado por alguns sectores, eles devidamente enquadrados, conseguiam atingir os objectivos que lhe eram pedidos, mostrando sempre, uma enorme capacidade, vontade de aprender e de fazer.

O processo de formação manteve-se até final da missão e após a partida das NU do território, transitou para o âmbito da nossa cooperação Técnico-Militar, bilateral, já que as chefias das FDTL consideraram que seria de todo o interesse, e face aos muito positivos resultados obtidos, a continuação deste programa de formação na área das Informações Militares.

Conclusões

A qualidade da prestação dos portugueses na construção de um Timor Leste, país internacionalmente reconhecido, pronto para enfrentar os desafios do novo milénio, é um realidade indiscutível, que tem um sabor de dever cumprido.

No que respeita à componente militar, as FDTL-FALINTIL, são hoje uma força que encarna o espírito do “Grande Crocodilo” e na qual a população timorense confia e acredita, como suporte e garante da Democracia e Liberdade do país, sendo uma reserva moral da nação.

Timor Leste necessita de não ser esquecido por Portugal, e merece todo o apoio que os portugueses lhe possam prestar.

Seria uma falta de visão estratégica, principalmente económica, não aproveitar a testa de ponte que TL representa para Portugal no Sudeste Asiático, actual centro de gravidade da economia mundial.

No fim do meu tempo de missão, que coincidiu com o Natal, fiz o meu balanço pessoal e senti que me tinha realizado como militar e sobretudo como português.

Português que tinha assistido, revoltado, às imagens do massacre do cemitério de Santa Cruz, com um sentimento de impotência e de raiva. Pensando, que talvez um dia conheceria Timor Leste, para repetir a saudação aquele povo, como já o fizera quando Xanana Gusmão visitara Portugal.